

**Yuri Manuel Francisco
Agostinho**

UM OLHAR TRIPARTIDO SOBRE AS DEMANDAS SOCIAIS ATINENTES AO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM ANGOLA: HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, PATRIMÓNIO E USOS DO PASSADO.

**A TRIPARTITE LOOK AT THE SOCIAL DEMANDS RELATED TO
THE PROCESS OF PATRIMONIALIZATION IN ANGOLA: HISTORY
OF THE PRESENT TIME, HERITAGE AND USES OF THE PAST.**

RESUMO: O objectivo deste artigo converge num olhar sobre as demandas sociais concernente ao processo de patrimonialização em Angola. O conceito “regime historicidade” à luz de François Hartog foi fundamental para o desdobramento em torno de uma leitura profícua sobre o tempo e o património em Angola. Como metodologia utilizou-se primeiramente um triângulo analítico que auxiliou para determinar o tempo presente em Angola, em seguida identificou-se algumas demandas sociais e por fim olhamos para o património e usos do passado.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente em Angola; Património em Angola; Memória; Usos do Passado.

ABSTRACT: The objective of this article converges in a look at the social demands concerning the process of patrimonialization in Angola. The concept of "historical regime" in the light of François Hartog was fundamental for the unfolding around a fruitful reading of time and heritage in Angola. As a methodology we first used an analytical triangle that helped to determine the present time in Angola, then we identified some social demands and finally we looked at the heritage and uses of the past.

KEYWORDS: History of the Present Time in Angola; Heritage in Angola; Memory; Uses of the Past.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

UM OLHAR TRIPARTIDO SOBRE AS DEMANDAS SOCIAIS ATINENTES AO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM ANGOLA: HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, PATRIMÓNIO E USOS DO PASSADO.

Yuri Manuel Francisco Agostinho¹

O objectivo deste artigo converge num olhar sobre as demandas sociais concernente ao processo de patrimonialização em Angola. A ideia de apresentar este artigo nasce na base de uma experiência que tivemos depois de visitar recentemente o Museu Nacional de Antropologia de Angola (adiante MNA) e conseqüentemente um convite que me foi endereçado para fazer uma comunicação na Universidade Federal de Pernambuco². Olhar a exposição permanente do MNA, criou em mim um sentimento revestido por um trânsito, tomando o sentido de uma transição: “presente e passado” abrindo desta forma, admissões para um regime de historicidade³. Este regime de historicidade conforme o olhar de Hartog (2013, p. 12-13) não é uma certeza dada. Este regime, não é directamente observável num registo em calendário actual, ele é estabelecido pelo historiador. No artigo *Tempo e património*, Hartog (2006) olha sobre um novo regime de historicidade centralizado sobre o presente que possivelmente estaria se reformulando. Hartog (2006) explica a importância de estudar o tempo, neste âmbito, o tempo torna-se habitual para o historiador que pode instrumentalizá-lo ou naturalizá-lo. O regime historicidade pode ser entendido por duas formas: (i) em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata do seu passado no campo da História; (ii) em uma acepção ampla, como o regime serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana no campo da Antropologia. A noção de historicidade pode fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes, Hartog (2006) adicionaria presentemente, para iluminar modos de relação ao tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem e maneiras de ser no tempo (HARTOG, 2006, p. 263). Com base no ponto de vista do conceito “regime historicidade” à luz de Hartog (2006) inspirei-me com o intuito de olhar outras realidades em termos do tempo e património, a favor de um entendimento em relação daquilo que se está a passar em Angola em termos de patrimonialização. Como metodologia utilizou-se primeiramente um triângulo analítico que serviu de apoio para determinar o tempo presente em

¹ Mestre em Ensino de História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - (2016). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil. Email: yannessanguifada@gmail.com

*Gostaria de agradecer ao professor Doutor Patrício Batsikama, pelas recomendações depois de ler a primeira versão do artigo e por ter indicado alguns autores que serviram de base para o melhoramento do texto.

² ‘O outro’: entre colecções etnográficas, acervos e museus. Um olhar sobre as comunidades históricas de Angola, 2020. Seminário de História da UFPE: “Fazer a História em Tempos fraturados” - 02 de Março de 2020.

³ Permitiu olhar o tempo e o acervo em representação de realidades sobre o património cultural e histórico de comunidades históricas que constituem o mosaico populacional em Angola.

Angola, em seguida identificou-se algumas demandas sociais e por fim olhamos para o património e usos do passado.

O tempo presente em Angola e as demandas sociais: motivos para olharmos o património.

Angola, como um país, é uma construção histórica, política e cultural. Olhar pelo seu passado e o seu presente envolve transitar por uma disposição cronológica que pode ser subjectiva. Alguns marcos cronológicos relacionados com a definição das fronteiras em Angola são provenientes do processo colonial e de origem da configuração actual. Neste contexto a história de Angola pode ser dividida em três partes: o antigo, o colonial e o novo. Michel de Certeau (1982) considera indispensável para a escrita da história a relação entre espaço e tempo, por outro lado, o autor diz que a escolha do espaço não é inócua, mas uma deliberação que afasta relatos e documentos a partir da demarcação das fronteiras espaciais do seu objecto, ou seja, o historiador é quem estabelece o espaço e o tempo de sua narrativa⁴ (CERTEAU *apud* GRAÇA FILHO, 2009. p.9-10). Diante do exposto, qual seria o tempo presente suscetível de ser experimentado para falarmos de um tempo presente em Angola que demanda questões sociais sobre o património? É possível falar de história do tempo presente em Angola? Só é possível se os historiadores responderem as demandas dos tempos actuais e colocarem nas suas agendas as possibilidades do campo da história do tempo presente.

A proclamação da independência de Angola em 1975 marca o início do período novo, estendendo-se para os dias actuais. O estudo da história do tempo presente foi recebido em muitos países não só como objecto de investigação académica, mas conjuntamente como uma questão desafiadora para os historiadores do ponto de vista moral e estadista. Por outro lado, o acolhimento desta história provocou resistências e veto em muitos países⁵. A história do tempo presente por ser um tema desafiador, Marieta de Moraes Ferreira (2012) em *Demandas sociais e história do tempo presente*, questiona qual seria o posicionamento que a comunidade científica deve adotar? Que normas devem nortear seu posicionamento? O envolvimento institucional não acaba por atribuir ao historiador o papel de juiz da história? A autora explica que as respostas das questões supracitadas foram defendidas em concordância com a cultura histórica de cada país (FERREIRA, 2012). Olhando para o caso de Angola, é possível responder as demandas sociais concernente ao património em tempos actuais? Hoje por exemplo já se fala do processo de

⁴ Michel Foucault também aborda essa questão do espaço e o tempo. Para o autor: “O tempo provavelmente só aparece com um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço.[...] Ora, apesar de todas as técnicas nele investidas, apesar de toda a rede de saber que permite determiná-lo ou formalizá-lo. Ver: FOUCAULT, 2009, p. 413.

⁵Alguns exemplos: França, Alemanha, África do sul, Argentina e Brasil”.

patrimonialização do Memorial do Cuito Cuanavale a Património Mundial da Humanidade.⁶ A construção deste memorial e sua representação no tempo actual é consensual? Qual é a posição dos historiadores e do grande público face o processo de construção do memorial? Actualmente o que se tem visto é que a construção do memorial correspondeu os anseios dos tais ditos “vencedores⁷”, já os tais ditos “derrotados⁸”, não reconhecem a importância deste memorial, logo percebe-se que a narrativa que esteve em volta do que seria o memorial, não abarcou todos contadores.

Koselleck (2014) em *Estratos do tempo: estudos sobre história* aclara que existe uma história que é feita pelos vencedores, que talvez consigam sustentá-la num curto prazo de tempo. Mas esta história não pode ser dominada em longo prazo, uma vez que os vencedores não têm interesse em tratar dela. A narrativa proveniente desta história é elaborada para um curto período, convergindo na sequência de eventos que, graças à sua acção, lhes proporcionaram o triunfo. Se por acaso recorrerem a pendores de longo prazo, teremos como resultado, um caminho indeclinável ou de autonomia de uma visão do passado que é facilmente deformada. Neste sentido o historiador dos vencedores aspira explicar como duráveis os acontecimentos de curto prazo, desferindo mão de uma sistematização das alterações da realidade de publicação antiga de longo prazo. Por outro lado, temos a história dos derrotados, que é inversa, ou seja, o saber primário enquadra-se nas coisas como ocorreram, como planeadas e esperadas. O saber do derrotado abarca possibilidades de conhecimentos que transpõem as suas razões, sobretudo quando o derrotado encara a necessidade de rescrever toda a história por causa da sua própria história. Evidentemente, a derrota envolve potencialidades que vão em torno de uma imensidão com base a obtenção de conhecimentos. O autor reforça a posição dos derrotados explicando que a transformação histórica se sustenta dos derrotados, ou seja, a história dos derrotados é inerente a experiências primárias e inigualável de todas as histórias: elas não surgem como os participantes desejam (KOSELLECK, 2014).

⁶ Notícia disponível em: <https://www.hoteisangola.com/noticias/angola-dobra-aposta-cuito-cuanavale.html>

⁷ Existe uma memória oficial que atribui a vitória da batalha do Cuito Cuanavale ao MPLA. Batalha que decorreu na província do Cuando Cubango (Leste de Angola), o maior conflito militar da guerra civil angolana, que decorreu entre 15 de novembro de 1987 e 23 de Março de 1988, que opôs os exércitos das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola - (FAPLA), ligados ao MPLA e apoiados por Cuba e as forças da União Nacional para a Independência Total de Angola - (UNITA), com apoio da África do Sul. A Inteligência Sul-africana, aponta que o dia 23 de Março foi a resposta de que não seria possível vencer pelas armas e derrubar o Governo marxista do MPLA. O Governo de Angola aproveitou esse reconhecimento para fazer desta data como o fim da Apartheid. Essa ideia, claro choca, politicamente com a UNITA que foi alimentada pela Apartheid.

⁸ A UNITA não aceita que o desfecho da batalha como derrota, e reivindica uma história mais abrangente onde todos contadores têm uma palavra a dizer. A UNITA não concorda com a existência da Batalha de Cuito Cuanavale... Somente recentemente, em 2020, que verificou-se uma aceitação tímida. Contudo, não aceita que tenha existido um vencedor. A data de 23 de Março seria consensual entre os países que fazem parte da SADC. É uma questão, a priori política! Nesse dia, Cuito Cuanavale não foi tomada, mas sim houve baixas significativas por parte dos Sul-africanos e as ex-FALA.

Responder às demandas sociais dos tempos actuais em Angola, permite olhar e problematizar questões atinentes a questão do património em vários domínios. O tempo presente e o desafio de reagir com as demandas sociais, facilita observar a noção de demanda social de história que continua ainda vaga, ou seja, a demanda social é usada no âmbito de diferentes análises, abrangido desta forma diversos fenómenos, como exemplos as demandas: “**memoriais**”, “**mediáticas**” e “**editorais**”. A presença de um mercado de história com várias vertentes, um erudito e académico e outro direccionado para o “grande público”, é antiga e transfere duas formas de escrever história. Esses desafios influenciam todos os profissionais de história, sobretudo aqueles que particularmente se interessam com o campo do tempo presente. O crescimento acelerado pelo interesse pela memória e a importância crescente do grande público pelo passado, tem acrescentado o espaço dos historiadores nas rádios, televisão e nas promulgações para o grande público. O facto de existir esta abertura nos meios de comunicação, urge um grande desafio por parte dos historiadores em adequar seus conhecimentos para uma boa comunicação com o público não experimentado, o que faz em algumas vezes o historiador socorrer-se a fórmulas simplistas e incompatíveis com a regra universitária (FERREIRA, 2012).

No mês de março do ano de 2019, quando fui convidado para participar no programa *Janela Aberta* da televisão pública de Angola, para falar sobre a batalha de Cuito Cuanavale, deparei-me com duas situações: a primeira era de responder a questão fundamental que a produção do programa incumbiu-me de responder para o grande público. Neste contexto: qual seria o significado da guerra do Cuito Cuanavale para os Jovens? A segunda qual seria a minha posição para um tema extremamente sensível. Neste espaço ficou patente as intervenções da apresentadora, como por exemplo: quem saiu vitorioso na batalha? A minha posição não foi “simplista”, mas respondi que não devemos olhar nesta perspectiva, de quem ganhou ou quem perdeu a batalha. Para os tempos actuais devemos olhar para os efeitos diacrónicos desta batalha, ou seja, a guerra terminou mas os efeitos diacrónicos estão aí presentes, um deles é a construção do memorial. É necessário que o memorial represente todos os intervenientes da batalha. As narrativas, as memórias, e o silêncio dos sobreviventes de guerras, demonstram várias possibilidades de olhar as experiências, as mentalidades, as consciências em comum de vários grupos, tanto daqueles que participaram diretamente no parque das operações como também daqueles grupos que não fizeram parte dos campos de combate. Nesta perspectiva, o quadro de uma guerra pode oferecer factores: sincrónicos e diacrónicos que influenciam na formação de uma consciência, por isso Alemanha, França e outros países que estiveram envolvidos em guerras, têm um manancial para legitimar seus monumentos a favor dos seus mortos. Mas as vitórias, as derrotas, as mortes e outros eventos ligados diretamente às guerras, influenciaram as consciências com o decurso dos acontecimentos, causando numerosas rupturas e tornando-se

difíceis aspectos comuns mínimos na consciência coletiva de vários grupos (KOSELLECK, 2014).

Neste contexto é necessário ter cuidados com as demandas vindas da sociedade e do Estado, se por ventura a minha exposição no programa *Janela Aberta* fosse direcionada para um pendor revestido por um lado, por discursos oficiais, por outro lado, por memórias congeladas, a minha narrativa não teria um feito performativo. Cristophe (1995, pp. 35-40) critica as respostas incertas dos historiadores às demandas vindas da sociedade e do Estado. Por outro lado, alerta para os riscos de ingerências externas que podem colocar em limitação a independência da história como disciplina científica e contagiar a apreciação instrutiva pela sensatez mediática. Nesse aspecto é fundamental estar atento à instrumentalização da história pela demanda social e reconsiderar a ligação entre o uso do saber e a função social da história, sobretudo quando se trata da apreciação de passados sensíveis. Se as questões levantadas são sinais para os historiadores, o esquecimento ou a isolação dos mesmos conjuntamente podem trazer consequências profundas⁹. Imensas vezes são essas demandas sociais difundidas pelo grande público que recusam ou marginalizam os trabalhos científicos de pesquisa que deparam contratempos para a promulgação (FERREIRA, 2012, pp. 110-111).

Em Angola não existe uma política concreta para o incentivo a publicação de livros por parte do Estado, as universidades também não conseguem publicar regularmente os resultados no âmbito de suas pesquisas. Por outro lado, as poucas livrarias que restam, cada dia que se passa vão desaparecendo. E por sua vez, são os livros com base a generalizações e os manuais com memórias congeladas, a imprensa escrita e autores não especializados que preenchem o vazio e acabam sendo privilegiados pelo mercado editorial de pequena escala. Consequentemente influenciam na compreensão do passado histórico. Se hoje pretendemos elevar o Memorial do Cuito Cuanavale a Património Mundial da Humanidade, que antes façamos uma introspecção para que possamos olhar na actualidade qual é o quadro de perguntas que precisam ser respondidas face a construção do Memorial e a história da batalha. Neste contexto, podemos

⁹ Hartog diz que agora o historiador aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante. O que não obriga de forma alguma a viver com a cabeça enterrada na areia, ou unicamente nos arquivos e enclausurado em seu período. O regime de historicidade formulado a partir de nossa contemporaneidade, deveria permitir o desenvolvimento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vai vem entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço. Este movimento é sua única especificidade. [...] Há relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno? Seria também uma maneira de lançar uma luz sobre os debates múltiplos, aqui e lá. Sobre a memória e a história, a memória contra a história, sobre o jamais suficiente ou o já em excesso de patrimônio. HARTOG, François. Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 37-38.

corroborar com o ponto de vista do General Paulo Lara¹⁰ referente algumas questões que na sua opinião precisam ser clarificadas:

- I. Que tenha existido o cuidado de homenagear nominalmente o maior número dos heróis tombados durante o período da BCC com os seus nomes devidamente evidenciados;
- II. Que o memorial esclareça a confusão criada entre os conceitos de “Batalha”, “Operação” e “Combate” e principalmente entre a “Batalha do Cuito Cuanavale” e o “Combate do Tumbo”;
- III. Que esteja esclarecida a extensão e profundidade da BCC; as Regiões, Agrupações e Unidades que nela participaram; as datas em que ela iniciou e terminou, as principais comandantes aos diferentes níveis, o sistema de direcção criado desde o estratégico ao tático. “É nosso entender que se considera a Batalha do Cuito Cuanavale como símbolo da derrota contra as SADF e consequentemente da libertação da Namíbia e término do regime do apartheid, a Frente do Cunene onde se realizou o golpe final contra as SADF constitui parte integrante da BCC”;
- IV. Que esteja explicado o funcionamento e papel desempenhado pelo Centro de Direcção das Operações (CDO) dirigido pelo Comandante em Chefe das FAPLA e que integrava o Ministro de Defesa e o Chefe do Estado Maior General das FAPLA assim como os chefes da Missão Militar Cubana (MMCA) e a da Missão Militar Soviética em Angola (MMSA);
- V. Que estejam integrados neste Memorial e explicados os principais “combates” realizados como os de Setembro de 1987 no rio Lomba, os de Outubro no Lungue- Bungo (Moxico), os de Novembro em Chambinga com a 16.ª Brigada, os de Fevereiro de 1988, no famoso duelo de tanques em Chambinga no dia 14 de Fevereiro, entre forças das 21.ª e 59.ª Brigadas, Grupo Táctico Cubano e as SADF entre outros;
- VI. Que no Memorial esteja referenciado, para além do das SADF, o papel exercido pelas forças das FALA (Forças Armadas da Unita) e a sua Direcção ao longo do Período da BCC nas diferentes frentes;
- VII. Que seja rigorosamente verificada a linguagem na terminologia militar ou identificação de objectos ou localidades, para não corrermos o risco de que termos como “Triângulo do Tumpo” ou “Caixa” de Chambinga”, de origem das SADF sul-africanas, passando a fazer parte do nosso vocabulário;
- VIII. Que não se deixe de referenciar a importância da BCC no surgimento da primeira doutrina militar elaborada unicamente por oficiais angolanos - “o novo pensamento – militar” que viria a alertar profundamente a organização político-militar e operacional no teatro de operações militares nos anos seguintes.
- IX. Como referiu José Eduardo dos Santos, o principal objectivo do Memorial consiste em divulgar a história do que foi a Batalha do Cuito Cuanavale para as novas gerações e as vindouras. O Memorial do Cuito Cuanavale Só terá importância se, para além da imponente obra arquitectónica e da exaltação dos valores patrióticos, ele conseguir transmitir uma mensagem pedagógica científica de forma objectiva, simples e convincente.

É uma verdade que a Batalha do Cuito Cuanavale deixou marcas, mas as estruturas diacrónicas desta batalha estão presentes e fazem com que os eventos continuem. Um exemplo de um evento pós batalha, é a elevação do dia 23 de março como dia da libertação da África

¹⁰ Depoimento dado por General Paulo Lara ao Novo Jornal. Luanda 23 de Março de 2018. Disponível: <http://novojornal.azurewebsites.net/politica/interior/a-batalha-do-cuito-cuanavale-e-a-historia-por-paulo-lara-50419.html> Acesso em: 15.Abr. 2020.

Austral¹¹, proposta que teve iniciativa da bancada parlamentar do MPLA na Assembleia Nacional de Angola, mas foi aprovada com os votos contra dos deputados da oposição. É um facto que este memorial se resume num lugar de memória, neste contexto é uma unidade significativa, de ordem material e também ideal, na qual houve a vontade de individualidades em fazer o lugar de um elemento simbólico com ajuda do tempo. Por isso é que os lugares de memória podem permanecer permanentes na longa duração e também congelados. Por outro lado, a criação de lugares de memória pode torna-se demasiado difusa, mais dispersa, mais fraccionada e por vezes imprevisível ao ponto de se tornarem objeto de um consenso memorial (CANDAU, 2005).

Ao invés de preocuparmo-nos com o elevar do memorial da batalha do Cuito Cuanavale como património da humanidade junto à Unesco, por que não nos preocupemos por exemplo, em patrimonializar o património imaterial dos fazedores de artesanato nas 18 províncias de Angola? Uma aposta do memorial que simboliza a batalha do Cuito Cuanavale como património da humanidade, em tempos actuais, estaríamos a caminho de um certo avanço, mas com “alguns riscos” da candidatura não ser aprovada por unanimidade, uma vez que se precisa clarificar questões que até hoje não estão presentes no memorial.¹²

Por outro lado, é um facto que hoje existe a necessidade e o dever de memória em numerosos países, mas é preciso ter em conta que é um processo extramente complexo até chegar e se cumprir o desiderato de uma patrimonialização, devido o risco do processo estar ligado a um leque de falhas de memória: “**memórias hierquizadas, oficiais ou subterrâneas, memórias ocultas, injuriadas, eclipsadas, apagadas, feridas, mutiladas, à deriva ou naufragadas e empurradas**”, dimensões da memória que Candau (2005) chama atenção, dizendo que é necessário ter cuidado com estas dimensões da memória. Como exemplo o autor olha para o caso do Ruanda, se por acaso existisse a necessidade de se construir um memorial que simboliza-se o genocídio do Ruanda que aconteceu em 1994. Há que se ter em conta, que existe um “negacionismo” dos acontecimentos que compõem o genocídio, por isso, o autor

¹¹ A Assembleia Nacional anuiu, esta quinta-feira, a institucionalização do 23 de Março (Dia da Libertação da África Austral) como Feriado Nacional. Disponível em: https://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/7/32/Parlamento-institui-Marco-como-feriado-nacional,27981bff-7415-4f22-83de-9f0861afe493.html Acesso em: 20.Abr. 2020.

¹² Lançamos este reto como um benefício de dúvida, uma vez que a UNESCO dispõe de critérios específicos para incluir um sítio na Lista como Património da Humanidade. No artigo 3º. do ponto 1 da carta de Convenção Para a Protecção do Património Mundial, Cultural E natural. É claro, quando diz o seguinte: “Competirá a cada Estado parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território referidos nos artigos 1 e 2. Logo há possibilidades do Cuito Cuanavale ser Património da Humanidade visto que todos os países da SADC concordam e querem que na região nunca mais haja um Regime como Apartheid... que haja acima de tudo Igualdade de oportunidades, que nunca mais sejam massacradas as pessoas.... Que este memorial represente o Lembrar de uma História das atrocidades para que as pessoas nunca mais voltam a cometer erros.

chama atenção que é necessário olhar pelas dimensões da memória supramencionadas (CANDAUI, 2005).

A questão supracitada¹³ está revestida por um olhar interno e externo, ou seja, um olhar na forma como outros países fazem para valorizar o património.¹⁴ Neste sentido, por que não pensamos investigar certas técnicas e saberes dos artesãos, para elevar como património imaterial? Os resultados do inquérito¹⁵ sobre a recolha sistemática e intensiva de elementos sobre as unidades específicas de produção artesanal na praça de venda de artesanato em Luanda, não são alentadores. De acordo com os resultados, constatou-se que o estado actual da produção e venda artesanato encontra-se em decadência devido a falta de incentivos e reconhecimento da actividade. Olhando para o futuro dos artesãos, segundo os entrevistados é preciso reverter o quadro e arranjar fundamentos para continuar com a actividade, se não estaremos diante de um grupo restrito ou quase extinto de artesões. A maior parte dos artesões realmente gostaria de ensinar a sua arte numa escola ou mesmo em seu local de trabalho, pois alegam que há uma necessidade de haver inclusão no processo de ensino e aprendizagem para melhor valorização da arte tradicional.

Se olharmos como exemplo na forma como o Japão equaciona o problema do património, a escolha difícil de preservar ou recuperar não existe, a política japonesa está alinhada num repouso que se configura sobre um método, que não é nada mais do que a importância da actualização, ou seja, os japoneses dão importância ao “*tesouro nacional vivo*”, lei que foi especificada em 1950. Esta lei é concedida a um artista ou artesão, não como individualidades, mas unicamente enquanto ele é: “*detentor de um importante património cultural intangível*”. A etiqueta, que pode recompensar um grupo eleito ou mesmo um indivíduo, tem o dever de difundir o seu saber. Neste contexto, o grupo ou o indivíduo pela experiência de ensinar e difundir o conhecimento recebem contrapartidas do Estado, que pode ser valores monetários. Deste método impar, fica patente que o objecto ou a sua conservação tem menor importância em relação a actualização de um “saber-como”, que se difunde ao se atualizar, ou seja, no Japão a construção dos templos feitos de madeira confluem na arte tradicional que permanece na dimensão em que ela reside no ou dentro do presente. É daí que estes conceitos como:

¹³ Porque que não nos preocupamos por exemplo, em patrimonializar o património imaterial dos fazedores de artesanato nas 18 províncias de Angola?

¹⁴ Este olhar não tem um cunho de comparação, mas sim, um olhar que permitiu examinar as mudanças, a diversidade de culturas e a experiência dos outros.

¹⁵ A recolha da informação foi feita por meio de um inquérito elaborado por uma equipa constituída por eu e pelos estudantes do 3º ano do curso de artes visuais do Instituto superior de Artes-ISART. O trabalho de campo feito no mês de Maio de 2019; consistiu no preenchimento de um questionário por meio de entrevistas dirigidas aos artesãos na praça do Artesanato situada no município de Belas em Luanda. Inquirimos 58 artesãos e validamos 42 formulários proporcionando informação significativa para a elaboração de um relatório. ISART. Inquérito sobre a recolha sistemática e intensiva de elementos sobre as unidades específicas de produção artesanal. Luanda: Departamento de Artes Plásticas, 2019.

“original”, “cópia” e “autenticidade” são centrais na constituição do património no ocidente, mas no Japão estes conceitos não foram aproveitados (HARTOG, 2006).

Por isso é que reforço a ideia de olharmos para certas técnicas e saberes dos artesãos em Angola, para se poder elevar como património imaterial. O património imaterial abre com uma ideia de património que estava aclimada e interiorizada por todos nós, e esta nova ideia que desponta nos possibilita refletir o que deve ou não ser valorizado e preservado como cultura e histórias nacionais. Despontam com essa ideia de património novas formas de se valorizar e “conservar” memórias do passado antes menosprezadas, e até mesmo escondidas por uma ideia elitista e eliminatória de história e cultura. Temos a oportunidade de constatar que actualmente estamos diante de novas políticas da memória e de novas formas de administração institucional do passado (GUILLEN, 2018, p. 125-126).

É um facto que o património ao longo dos tempos se colocou como naipe predominante a nível global, e também devorante, em todo caso, evidente da vida cultural e das políticas públicas. Neste contexto, surgem “novos patrimónios” e descemos para “novos usos” do património. Presentemente as jornadas do património têm se propagado por todo o mundo, enquanto, a cada ano que se passa, se estende a lista de lugares do património universal da Humanidade. Se é um facto que existe esta ampliação no formato de se pensar o património. Na apreciação da trajetória do património, há um elemento do qual nós não ainda compreendemos todo o valor: “a patrimonialização do meio ambiente”. A UNESCO proporcionou um bom princípio, uma vez que ela é ao mesmo tempo uma robusta “caixa-de-ressonância” e um amplo laboratório universal aonde se executa teorias e se declara os seus princípios. Em 1972, o Congresso geral adotou a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”. Por que um acordo universal? Porque, a introdução parte desta constatação, o património mundial é cada vez mais ameaçado de destruição. Com efeito estas reflexões transferem igualmente à introdução de um conceito novo: a de proteção, que pertence a todos países do mundo. Hoje, a UNESCO ambicionaria agregar a apreciação da variedade cultural, o cuidado com a biodiversidade e os empenhos com olhos ao progresso duradouro. O que congrega estes três conceitos e estes três objetivos é o cuidado ou o dever da proteção, ou melhor, da preservação. Relaciona-se com o **proteger o presente** ou de **preservar o futuro**? Trata-se dos dois, é visível (HARTOG, 2006, p. 271).

Se hoje fala-se em diversificação da economia em Angola, sendo o Okavango um património mundial e está situado no coração de Angola, porquê não apostarmos nesta zona para o turismo? E consequentemente preservar a biodiversidade, as espécies raras, os recursos hídricos e as enormes reservas de animais. O relatório de *Análise Diagnóstica Transfronteiriça*

da *Bacia do Rio Okavango: Módulo do Caudal Ambiental*¹⁶, igualmente o *Relatório de Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango*¹⁷ e por último a dissertação *Adjany Costa no Tedex Luanda*¹⁸, descrevem enormes potencialidade de uma zona que é assegurada por países como Angola, Zâmbia, Namíbia e Botswana que podiam trabalhar para um turismo integrado, potencializando a zona para competir com outros países da África em termos de turismo. Pelo visto a Zâmbia, a Namíbia e o Botswana já começaram apostar na implementação do turismo na zona, mas Angola tarda nesta iniciativa.

Património e usos do passado: um breve olhar sobre o processo de patrimonialização em Angola.

Antes de encetarmos o nosso olhar sobre o tema proposto para este turno, gostaria de estabelecer uma ligação que vai em torno da história do tempo presente e o fazer do historiador no campo da história do tempo presente. A partir destes marcos estaremos em condições de partir para uma breve reflexão que visa examinar o património, usos do passado e o processo de patrimonialização em Angola. Contudo a história do tempo presente é um campo dos estudos recorrido ao exame de interrupções e invariabilidades do passado no presente, ou pode ser vista como um proceder referencial com base a periodização por “**datas-rupturas**”, sendo o “tempo presente” decretado como um moderno período ou subperíodo da história contemporânea. A história do tempo presente é uma renovação dentro do campo da disciplina histórica, é um deslocamento entre o centro da pesquisa histórica do passado para o presente, coordenando desta forma, discussões que vão em torno do presente para análise do passado. A história do tempo presente olha as contexturas históricas das sociedades contemporâneas por meio da pesquisa do seu passado e dos seus usos públicos e políticos. A definição do que seria a história do tempo presente permanece polémica, mas ela é uma história como as outras (FÁVERO AREND, 2009; MACEDO, 2009; DOSSE, 2009; DELACROIX, 2018).

O que representa o tempo presente para um historiador que olha os eventos no tempo presente em Angola? Pode representar para o historiador o exame de um período que é o seu

¹⁶SOUSA, Helder André de Andrade e. *Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia do Rio Okavango: Módulo do Caudal Ambiental. Relatório do Especialista País: Angola. Disciplina: Sedimentologia & Geomorfologia*, 2009. Disponível em: <https://iwlearn.net/resolueuid/553782b79b7d7dd90365f82571ba7245>

¹⁷ Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango. *Relatório de Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango*. Maun, Botsuana: OKACOM, 2011. Disponível em: <http://www.okacom.org/site-documents-pt/tda-final-reports/feffrelatorio-de-analise-diagnostica-transfronteiriça-da-bacia-hidrografica-do-cubango-okavango>

¹⁸ COSTA, Adjany. *Okavango*. Luanda: TEDx, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TgHDKf1B_tI&lc=z13dtzxocta1sfjnjs04cifxiptz0uxmwmg0k Acesso em: 22. Abr. 2020.

próprio período com provas vivas e com uma lembrança que pode ser a sua, colocando-se desta forma na operacionalidade no campo da história do tempo presente. É bem verdade que o historiador se move como que presumivelmente em uma temporalidade que ele “corta” em épocas, que ele reorganiza e transita a sua vontade: o tempo, como sequência de um ritmo desigual, mas inexorável; o período, que não se pode nem deter, nem fazer inverter ou adiantar. A prática do ofício provoca a estruturação do tempo como sequência, que é a temporalidade adequada da narrativa ela obriga o historiador a uma espécie de anuência ao tempo. A temporalidade do projecto e da narrativa está actualmente em disputa com uma moderna forma de temporalidade que edifica o tempo como uma sequência de momentos intermitentes, na qual cada um deve ser considerado, provado ou reprovado em suas singularidades individuais, e não reconduzido em uma sequência que se acusa como irreal (PROST, 2000, p. 8-9).

Neste contexto qual seria a forma de escrever uma história do tempo presente em Angola, na perspectiva de um historiador que se interessa olhar os eventos no tempo presente? O historiador pode fazer um inventário de acontecimentos, mas a história do tempo presente não se limita só em determinados acontecimentos. Então qual seria a metodologia destes historiadores? Existe fontes para se trabalhar no tempo presente? Olhando para o rol da nossa temporalidade em termos de factos históricos, a história do tempo presente é a história da segunda guerra mundial, é a história do 11 de setembro de 2001, é a história da guerra do Golfo, em fim é a história contemporânea. A história do tempo presente apresenta e levanta a questão do testemunho, por exemplo o holocausto. O marco da história do presente é a segunda guerra mundial, levanta-se o testemunho como discussão da história do tempo presente, metodologicamente é a relação com a memória como instrumento, é o distanciamento político, por exemplo quando fala-se do holocausto: o importante para este marco temporal e facto histórico é a história oral e a memória.

Para o caso de Angola qual seriam os elementos identificados neste tempo presente para se falar em história do tempo presente em Angola? Podemos identificar muitos, mas para este turno focaremos a nossa atenção em três elementos: O primeiro elemento é que hoje o centro histórico da antiga capital do reino do Kongo é considerado como Património Mundial da UNESCO. Quais são os elementos que estiveram na base do processo de patrimonialização? Houve a necessidade de se ir ao passado para se cumprir o desiderato? Ao olho de todos podemos dizer que sim, houve a necessidade primeiramente de agregar valores performativos naquilo que representa a história do Reino do Kongo e posteriormente partiu-se para a candidatura.

A história a memória e a interdisciplinaridade foram elementos de capital importância para a sustentação da candidatura, partindo do pressuposto de que a história do reino do Kongo assim como de África em geral respondem a um património cultural histórico, suscitando desta

forma, um interesse a partir de um itinerário histórico que representa uma história pluridisciplinar; uma história continental; uma história da anterioridade das civilizações africanas; uma história de continuidades das civilizações africanas; uma história que olha África e lhe dá o estatuto de um continente que foi sempre “aberto” e por fim uma história de encontro com outras culturas e povos, alicerces que possibilitaram olhar diferente a história dos africanos e sua matriz cultural (M'BOKOLO, 2012; BARBOSA, 2012).

Olhando para os resultados do projecto concernente a candidatura do centro histórico da antiga capital do Reino do Kongo a Património Mundial da UNESCO, no período relativo ao ano de 2013 e 2014, admite-se que o projecto teve um caderno de encargos que exigiu a multidisciplinaridade para a recolha de fontes materiais¹⁹:

- I. Foram recolhidas quatro mil peças que depois de catalogadas serão enviadas para laboratórios norte-americanos para serem avaliados e se determinar datas e origens. Os dados recolhidos e as informações obtidas em vários pontos do mundo sobre o antigo Reino do Congo.
- II. Os especialistas e [...] a colaboração de um antropólogo vão trabalhar agora em duas etapas, que incluem fotografia aérea de vários ângulos da cidade e das áreas de escavações e o plano de gestão. As próximas etapas, [...], desenvolvem-se até Janeiro 2015, altura em que é feita a fase final do dossier da Comissão do Património Mundial da Humanidade UNESCO.
- III. A escavação do antigo palácio dos reis tem permitido descobrir importantes estruturas fundamentais para certificação da antiga cidade de São Salvador do Congo. Arqueólogos angolanos e portugueses escavam estruturas milenares, entre as quais se destaca o antigo palácio dos reis do Congo, cujos vestígios identificados vão servir para esclarecer e definir em que época foi construído, após análises laboratoriais específicas. [...] “Encontrámos matéria de cerâmica cravada entre as pedras que compõem o alicerce do muro da estrutura que supomos ser o tão propalado palácio dos antigos reis. Além da cerâmica, também encontrámos argamassa feita de xisto, peças de porcelana azul e um conjunto de materiais, que vão ser levados para outros estudos”
- IV. Sónia Domingos explicou que pelo facto das construções do reino terem sido feitas com materiais perecíveis, como a madeira, há poucos vestígios, que podem estar associados às estruturas do período colonial. No reinado de Nvemba Nzinga, também conhecido como D. Afonso I, houve mais construções de carácter definitivo. Várias fontes escritas confirmam que nesse período foram construídas muitas igrejas, conventos, escolas e cemitérios”, esclareceu a arqueóloga. As escavações permitiram verificar que a técnica de construção usada na época do Reino do Congo persiste até aos dias de hoje, o que é, do seu ponto de vista, um argumento positivo a ser usado para provar o valor excepcional como património da humanidade. Um destes indicadores é o Kulumbimbi, a primeira igreja construída a sul do Saara, cuja construção é feita de pedra e xisto, semelhante à estrutura que apontamos como antigo palácio. O mesmo material usado na construção do Comando da Polícia.

¹⁹ Projecto Mbanza Congo está em fase final. Jornal de Angola, 8 de julho de 2014, Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/cultura/patrimonio/projecto_mbanza_congo_esta_em_fase_final ; Descoberto palácio dos reis do Congo. Jornal de Angola, 29 de Outubro de 2013, Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/descoberto_palacio_dos_reis_do_congo?desktop

Existem outras obras feitas com adobe e alicerces de caboco, uma cultura utilizada ainda hoje na região [...].

O Estado angolano teve que utilizar vários recursos para ir ao passado, os especialistas não foram a procura de um desconhecido, se por acaso fossem, estariam numa encruzilhada. É aquela máxima de Ki-zerbo (1991) que diz: se queres conhecer a história de uma localidade ou de um país podes começar por baixo da terra, mais é preciso saber o que se procura por lá, não se deve ir às escuras (KI-ZERBO, 1991). Os testemunhos mudos²⁰ também representam memórias partindo do pressuposto de que a memória pode estar presente sob várias formas: em objetos, músicas, palavras, edifícios, bairros, pessoas, portanto ela não é estática. Falar de memória pressupõe falar de registro. Ela é, por excelência, seletiva. Reúne as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar (ALBERTI, 1989, p. 167).

Tratou-se de ir ao passado com o recurso ao uso do passado, é de realçar que Angola anteriormente não continha a configuração actual, o facto das fronteiras do Reino do Kongo estarem estabelecidas anteriormente no espaço físico que hoje é o norte de Angola, constituiu um elemento chave para a candidatura do centro histórico da antiga capital do Reino do Kongo a Património Mundial da UNESCO. Mas, o que nos preocupa hoje são os encargos inerentes a cumprimentos de regras estabelecidas pela UNESCO, para que o centro histórico da antiga capital do reino do Kongo permaneça com a classificação de património mundial, se por acaso não se cumprir com as regras, corre-se o risco de se ter uma patrimonialização “frustrada”.²¹

O segundo elemento que eu trago para este turno, centra-se na fundação do museu nacional de Antropologia que foi a primeira instituição museológica criada após a independência de Angola.²² A nossa visita ao museu de Antropologia pode servir de inspiração para que façamos algumas reflexões em torno do seu acervo em representação do Outro²³ e usos do passado. As coleções etnográficas existentes nos museus de Angola suscitam hoje, grande utilidade para o estudo histórico e antropológico, pois elas levantam graves dificuldades de

²⁰ No primeiro volume sobre a história geral de África, Ki-zerbo reforça a questão do testemunho mudo, dizendo que “os testemunhos mudos revelados pela arqueologia são em geral mais eloquentes ainda do que os testemunhos oficiais dos autores de certas crônicas”. KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: História geral da África. I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p.27.

²¹ Exemplo de uma patrimonialização “frustrada” ver: Mengin, o autor fala em mecanismos da relação entre patrimonialização e desenvolvimento num contexto social e económico complexo no Porto Novo (Benin). MENGIN, Saskia Cousin Chistine. Porto Novo (Benin): uma patrimonialização Frustrada? In: Jonuel Gonçalves, (orgs) África no Mundo Contemporâneo – Estruturas e Relações. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

²² Fundado em 13 de Novembro de 1976.

²³ Partimos da ideia de Fabian sobre o Outro, assunto que o autor eleva para a compreensão da Antropologia como disciplina inerente a política. Uma disciplina que ao mesmo tempo constitui e rebaixa seus objectos por meio de relegação temporal. Fabian se refere a esse momento construtivo como a “negação da coetaneidade – um termo que se torna verniz para uma situação na qual a localização hierquicamente distanciada do Outro suprime a

reconhecimento, tendo em conta as carências que apresentam a documentação etnográfica/museográfica existente, nomeadamente: fichas de identificação; registo e outra, embora que alguns informações morfológicas de reportagem actuais condizem à explicação e funcionalidade do objecto. Por outro lado, estas coleções descrevem o estudo do Outro, apoiado numa vista conceptual quer para a história do estabelecimento das coleções etnográficas quer para o estudo antropológico dessas coleções. Assim o objecto que examinamos como objecto etnográfico pelo sua “peso” ideológico estabelece a base da recolha e o interesse de conhecer o Outro. Temos um Outro: “ontem e hoje”, que torna-se “compreensível” e “significante” se soubermos questionar o objecto pois a situação de comparação a nível do museu entre o investigador e o objecto do museu pode levantar questões (FERNANDO, 2001, p.122).

Neste sentido quais foram os elementos que estiveram na base da constituição de um acervo no museu de Antropologia de Angola revestido de noção de património histórico e cultural? Se olhar-mos pela data da fundação do museu de Antropologia, teremos uma pista para responder esta questão. Mas é importante fazer uma pequena contextualização da evolução histórica dos museus em Angola:

Para a compreensão da evolução histórica dos museus em Angola, teremos em consideração três fases: A primeira situa-se nos anos de 1911 a 1925, período em que José Mendes Ribeiro de Matos, Governador-geral da colónia de Angola, procurava mudar a forma de ocupação através da colonização científica [...]. [...] Norton de Matos projetou instrumentos normativos para as actividades científicas, que tiveram como consequência o surgimento das instituições científicas no domínio das ciências sociais com a grande preocupação na criação de museus para a conservação dos artefactos por eles “descobertos”, objecto de trocas, bem como elementos que mostrava os traços culturais dos povos de Angola. Uma segunda fase é a que compreende os anos de 1925 a 1960, fase que podemos chamar de incrementação da criação dos museus como instituições Científicas em Angola. E uma terceira fase está ligada precisamente ao período pós-independência, pois foi depois dos anos 70 que surgiu uma nova vaga de estudos das sociedades angolanas por parte de antropólogos (SIMÃO, 2019, p.339).

Se anteriormente os primeiros museus em Angola foram constituídos com base a colonização científica a favor de Portugal, logo temos uma constituição de acervos com interesse de conhecer Outro. Mas o que nos interessa aqui não é falar das peças etnográficas catalogadas e expostas nos museus criados antes da independência, uma vez que estas coleções etnográficas estavam centradas:

simultaneidade e a contemporaneidade do encontro etnográfico. FABIAN, Johannes. O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objecto. Trad. Denise Jardim Duarte . Petrópolis, Rj : Vozes, 2013, p. 10.

Na anulação do Outro, na existência e na diferença do Outro, culturalmente e temporalmente. O Outro é absorvido, é anulado em sua alteridade. [...] o Outro é chamado a abrir mão de sua alteridade, de sua diferença de sua resistência em ser como o vencedor é ou julga ser. O outro deve ser predado, saqueado daquilo que lhe é mais significativo, daquilo que lhe dava alteridade, singularidade de orgulho de ser e existir [...] (JÚNIOR, 2018, p. 140).

Se hoje temos um boom pela memória e um processo acelerado de patrimonialização nos países colonizadores, na qual muitas destas peças etnográficas que constituem o acervo destes museus pertencem a ex-colónias. É um facto que estes países com a “tarimba” de colonizadores no passado, patrimonializam: o Outro apagado e vencido como se fosse seu. Apossa-se da diferença, daquilo que restou de uma dada cultura ou civilização para dar novos sentidos e alimentar a própria identidade de centro do mundo e da história (JÚNIOR, 2018, p.140). Neste contexto, o museu de Antropologia de Angola, como uma instituição fundada depois da independência de Angola, será que tem as mesmas características na forma como por exemplo o museu Britânico patrimonializa o Outro? Se olhar-mos para as características do museu de Antropologia, podemos admitir que é visível encontrar um outro tipo de Outro, ou seja, os objectos etnográficos que compõem a coleção permanente do museu são:

Maioritariamente peças etnográficas que descrevem o quotidiano das diferentes comunidades históricas de Angola (Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Lunda – Còkwe, Ngangela, Nyaneka Khumbi, Helelo, Ovambo e !Kung) que se consubstancia nas principais actividades produtivas (pastorícia, agricultura, pesca, Caça e metarlugia), artística e culturais (instrumento musicais, esculturas, cerâmica e tecelagem) no pensamento popular (como resultado da forma que é concebido o mundo), nas representações ideológicas, no vínculo “vital” existente entre o mundo dos vivos e o dos invisíveis, sustentado através de preces, cultos de veneração e ritos daqueles a estes (máscaras e as crenças religiosas) e na hierquização e exercício do poder tradicional a diferentes níveis comunitários. Do conjunto das colecções já inventariadas, foram seleccionadas onze com dez peças cada, cujas fotografias numeradas e com uma breve caracterização (descrição, função e área cultural da sua origem), ilustram o presente catálogo. São peças representativas das diferentes comunidades históricas que constituem a esteira cultural de Angola (KWONONOKA, 2007, p. 3).

Se anteriormente os portugueses ao serviço do colonialismo fundavam os museus em Angola para estudar o Outro e muitas das vezes “negar Outro”, na actualidade o museu de Antropologia foca-se no carácter científico, cultural e educativo está vocacionado para a recolha, investigação, conservação, valorização e divulgação do património cultural angolano. A sua inauguração teve como base primeiramente a valorização do património histórico e cultural de diversas sociedades que compõem Angola como um país fruto de uma invenção. Neste contexto o recurso do uso ao passado foi necessário para patrimonializar a fim de apoiar os angolanos a tomarem e reassumirem a sua personalidade cultural, transversalmente com a revalorização,

difusão e transmissão às gerações vindouras, do património cultural, como manancial de inspiração, foi criado o Museu Nacional de Antropologia, vocacionado também para responder demandas culturais e científicas (KWONONOKA, 2007).

O terceiro elemento se resume na questão da construção do museu da Moeda localizado em Luanda.²⁴ Neste sentido quais foram os fundamentos para a construção deste museu? Recorreu-se ao uso do passado no tempo presente para se legitimar a funcionalidade do museu? De acordo com Simão (2019, p. 346) a finalidade da criação deste museu consubstanciou-se em trazer o de cima à história de Angola desde as sociedades ditas “pré-coloniais” até aos dias actuais, ou seja, a intenção é de compreender o modo como as pessoas ao longo dos tempos faziam as suas transações de bens e serviços no espaço geográfico físico que hoje denomina-se por Angola. Por outro lado, a criação deste museu, relaciona-se com a história económica e social do país, relatada transversalmente através de um olhar evolutivo da moeda e outras formas ou meio de troca.

Diante desta constatação, é um facto que os usos do passado no tempo presente constituem formatos de lembrança, mas também de deslembrança. Diante desta disputa, é incessantemente exequível recorrer aos repositórios e inovar nossas observações sobre o passado e questionar os alicerces do saber histórico. Mas, não se pode desperdiçar o olhar nesse retorno aos arquivos é demarcado por um contexto geral de interrogação ética que condiciona a historiografia como fato moral em relação a seu presente. A história do tempo presente provoca, de modo particular, a história como conhecimento em construção (CEZAR, 2012, p. 154). O nosso interesse em olhar os usos do passado permite entender os fundamentos que estiveram na base do processo de patrimonialização de um museu que carrega um acervo rico em património histórico e cultural, representando desta forma uma história revestida de estruturas na *longa duração*²⁵:

Assim, as primeiras peças que serviam de trocas comerciais eram os colares feitos com conchas de caracóis, perfuradas no topo e atravessadas em fios de fibras têxteis. O Zimbo (njimbu) era um pequeno búzio cinzento, instrumento de troca mais importante e que caracterizava na época a moeda local em toda costa Ocidental africana. Possuía o tamanho de café e localizavam-se em grande parte na Ilha de Luanda. Nos primórdios do século XVII, em 1616, o Zimbo perde o seu valor dando lugar aos Panos e o Sal, Cobre que também serviam de moedas para a troca e tinham mais valor. Posterior a estes surgiu o Marfim que era utilizada sobretudo nas regiões de Benguela, a sua utilidade era mais visível no pagamento de impostos. Em consequência da queda das moedas ora

²⁴ A inauguração foi no dia 6 de Maio de 2016.

²⁵ Parto para esta visão com base o diálogo de Sahlins (2008) sobre a “estrutura na longa duração” alusão que caminha na direcção de Braudel (2007). Sobre o assunto ver: SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios do reino da ilha de Sandwich. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Para o caso de Braudel (2008) ver o livro: BRAUDEL, Fernand. O modelo italiano. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

mencionadas, surge em meados do século XVI uma espécie de moeda, que viria ser preciosa pelos europeus portugueses, devido a sua rara aparição. O “Cauris” era concha branca de rara beleza. A sua generalização em Angola e no Congo teve lugar a partir do século XVI e foi consequência das relações comerciais dos mercadores portugueses que, por via marítima, o importavam do Oriente. No mesmo século surgem para as trocas comerciais as Contas e Missangas, eram os objectos de grande valor para as senhoras, pois, utilizavam-nas como acessórios. Mais tarde surgem as Fazendas, Macutas. Porém, De 1910 a 1962 lança o Estado colonial português no mercado a emissão “Vasco da Gama”, o “Escudo”, as cédulas do Banco Nacional Ultramarino, as “Ritas” e os “Chamiços”, os “Angolares” e por último, em 1953, o “Escudo”, como unidade monetária¹⁵. Foi assim que surge o Kwanza como principal moeda para as trocas comercial entre a população angolana, em substituição ao Escudo português, instituído a luz da Lei nº 71-A/76 de 11 de Novembro (Lei da Moeda Nacional). Um facto importante a ressaltar é que, o Banco Nacional de Angola (BNA) emitiu as primeiras cédulas em 1976 (SIMÃO, 2019, p.347-348).

Em fim, para terminar o nosso diálogo sobre o património e usos do passado, convido para este turno Guimarães (2012), que no seu artigo *História, memória e patrimônio* é categórico quando diz que um novo regime de escrita estaria atrelado há uma leitura do passado e que as demandas do passado e usos do passado podem contribuir para o surgimento de várias narrativas acerca de eventos pretéritos consumidos pelas sociedades contemporâneas avidas de lembranças e memórias de um tempo muitas vezes idealizado como sendo de certezas e segurança. É como parte dessas demandas que devemos encarar o interesse contemporâneo acerca do património e das tarefas de patrimonialização do passado. O estudo do patrimônio só pode ser compreendido partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado. O património é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e uma sintaxe específica (GUIMARÃES, 2012). Neste sentido, o nosso olhar sobre usos do passado e o tempo presente em Angola, permitiu: comparar, interrogar sobre o processo de patrimonialização e assinalar o património como terreno de usos do passado.

Considerações finais.

Como o conhecimento histórico é um conhecimento provisório, o nosso olhar tripartido sobre as demandas sociais pertencentes ao processo de patrimonialização em Angola, permitiu observar uma história do tempo presente, património e usos do passado. O tempo presente em Angola assim como em outras regiões suscitam um grande interesse para responder certas demandas sociais que se encontram ligadas a política, cultura e sociedade. Olhar o processo de patrimonialização possibilitou responder e problematizar as demandas sociais dos tempos actuais. Neste contexto a história do tempo presente em Angola é um campo que deve ser explorado, permitindo desta forma novas abordagens, desde que haja distanciamento do olhar de quem se inscreve para pesquisar fenómenos inscritos no tempo presente. Os fenómenos recentes no tempo

presente ligados ao processo de patrimonialização em Angola trazem desafios para leitura de sujeitos históricos e suas complexidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. CPDOC/ FGV, Rio de Janeiro: 1989.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **O modelo italiano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELA, Flávia *et all.* **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CRISTOPHE, Charle. Être historien en France: une nouvelle profession? In: BÉDARIDA, François (Dir.). **L' Histoire et le métier d historien en France – 1945 – 1995**. Paris: Ed. Maison des Sciences de L'Home, 1995.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar, 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Fiahistory of the present time and historiography. **Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 05 - 22, jun. 2012.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objecto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FÁVERO AREND, Silvia Maria; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador henry rouso about THE HISTORY OF PRESENT TIME: Interview with Henry Rouso. **Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 201-216, jun. 2009.

FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. (Org.) e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FERNANDO, Mazambi V. Estudo das colecções etnográficas dos museus de Angola numa perespectiva Histórica e Antropológica. **Africa Studia, Revista internacional de estudos africanos** internacional – Journal of African Studies, vol. 4, p. 121- 148, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia Florentino (Org) ... [et al.]. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de janeiro: Editora FGV, 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, Região & Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Entre Bordados, Costuras e Tambores: A Oralidade nos Maracatus – Nação do Recife, Pernambuco. Apontamentos para pensar o trabalho de campo e a

história oral nos inventários do patrimônio imaterial. In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Historial oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 113- 135.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio**, vol.34, p.91 - 111, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. A Melancolia dos Objetos: Algumas reflexões em torno do tema do patrimônio histórico e cultural. In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Historial oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 137- 163.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: **História geral da África. I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

_____. **História da África Negra I**. Lisboa: Europa-América, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2014.

MENGIN, Saskia Cousin Chistine. Porto Novo (Benin): uma patrimonialização Frustrada? In: Jonuel Gonçalves, (orgs). **África no Mundo Contemporâneo – Estruturas e Relações**. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? Trad. Benito Schmidt. **Anos 90**, vol.8, n.14, p. 7 - 22, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios do reino da ilha de Sandwich**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SIMÃO, Santos Garcia. Visão holística dos museus e arquivos em Angola: uma abordagem histórica. **Transversos**, n° 15, Abril, 2019, p. 316-355.

DOCUMENTOS DIVERSOS

Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango. **Relatório de Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango**. Maun, Botsuana: OKACOM, 2011. Disponível em: <http://www.okacom.org/site-documents-pt/tda-final-reports/feffrelatorio-de-analise-diagnostica-transfronteirica-da-bacia-hidrografica-do-cubango-okavango> Acesso em: 05.Abr. 2020.

ISART. **Inquérito sobre a recolha sistemática e intensiva de elementos sobre as unidades específicas de produção artesanal**. Luanda: Departamento de Artes Plásticas. 2019.

KWONONOKA, Américo. **Introdução**. In: Catálogo da Exposição Permanente. Em saudação ao 11 de Novembro dia da independência nacional. Luanda: Ministério da Cultura da república de Angola - Museu Nacional de Antropologia, 2007.

M'BOKOLO, Elikia. **Legados civilizatórios da África**. África Brasil, histórias cruzadas. Exposição e Diáspora: legados civilizatórios para a produção de novos conhecimentos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kpBjk13BH2E&t=138s> Acesso em: 03.Fev. 2020.

SOUSA, Helder André de Andrade e. **Análise Diagnóstica Transfronteiriça da Bacia do Rio Okavango: Módulo do Caudal Ambiental. Relatório do Especialista País: Angola**. Disciplina: Sedimentologia & Geomorfologia, 2009.

Recebido em: 22/04/2020

Aprovado em: 30/05/2020